

saúdavel, com qualidade, comida que leva saúde para as pessoas e para a natureza. Por último, agradece a participação e construção dessa audiência e a resistência que o Deputado Flávio já relatou, luta histórica de vocês. Estar aqui hoje é também celebrar comemorar e junto com isso dar novos passos a partir da resistência que vocês têm feito. Ana Paula faz a primeira fala, crítica a ausência de algumas autoridades convidadas. O fato de Campo Grande ser "longe" acaba sendo também a razão para as políticas públicas não chegarem aqui. Ana Paula faz a leitura de um texto que traz símbolos da resistência da feira naquele espaço. Na sequência, o vereador Siri, que preside a comissão de emergência climática e justiça sócio-ambiental saúda os participantes da audiência e as autoridades. Reforça a importante conquista do plano safra com valor recorde, de 71 bilhões, mas critica o fato de que quando vamos para a realidade da cidade do rio, os agricultores aqui não conseguem captar esse financiamento. Traz informações sobre o processo de revisão do Plano Diretor e afirma que vem fazendo uma defesa para que esta revisão inclua a agricultura, como o que acontece na zona oeste. Destaca a importância do projeto Fazendinha Agroecológica e que com a legalização do casarão poderemos ter mais projetos de extensão da universidade na Zona Oeste, fomentando a agroecologia. - Nós estamos aqui debatendo uma cidade que não seja só "a zona sul". Tem Santa Cruz, tem Sepetiba, tem gente nesses locais pensando cultura, pensando e produzindo comida. Na sequência, o agricultor Pedro Paulo fez sua intervenção, destacando como o Casarão é parte da história do bairro. - Aqui era o posto 4, um posto avançado de apoio à agricultura. Tinha treinamento, cursos, aqui foi a primeira escola agrícola, iniciada aqui. Toda a parte de vacinação de animais ocorria aqui pois na época não existiam as lojas que existem hoje, de agropecuária. Existia esse casarão com atividades sobre adubo, semente, produtos de combate às pragas. Era tudo aqui nesse casarão. Há um agricultor em Campo Grande chamado Dionísio - que foi convidado para compor a mesa, mas não pode comparecer por problemas de saúde - que está com 84 anos e aos 13 ele vinha acompanhando o pai para pegar produtos agrícolas aqui. Olha o tempo desse casarão destinado à agricultura. Cheguei em Campo Grande em 1988 e naquela época o casarão ainda funcionava. Eu pegava aqui vacina para febre aftosa, por exemplo. Tinha uma cozinha escola aqui também. Tudo vinha desse casarão, ele não pode parar, ele tem que continuar servindo à população e à agricultura. Nós temos que reforçar essa necessidade. Sem agricultura a gente tem uma cidade de pedra, onde não teríamos mais lugar para absorver água. A agricultura é a garantia de sobrevivência do ser humano. Não se pode deixar que a agricultura sucumba por falta de assistência, de acompanhamento. Esse casarão precisa retornar para sociedade. Foi dada a palavra à Irma, agricultora e feirante que agradece a presença de todos. Atualmente ela coordena com Alessandra a feira. A história do casarão, quando ali se chegou procurou-se a Emater e o sindicato rural. Foram ministrados diversos cursos ali, havia uma cozinha maravilhosa. Funcionavam cursos de artesanatos, participavam de muitas feiras aqui. Depois por falta de verba acabou tudo isso. Foi uma pena que por falta de verba isso foi acabando. Depois levaram tudo da cozinha. A última coisa que acabou aqui foi a zoonose. Agradece ao Siri que fez uma noite de homenagem aos agricultores da região, quando Irma e Pedro Paulo receberam a Medalha Pedro Ernesto. Foi dada a palavra à Bernadete que reforça a importância da histórica daquele espaço. A agricultura urbana tem ancestralidade e tudo ali tem história e memória. Esse casarão é um patrimônio. Para gente, preservar esse lugar, revitalizar esse lugar, com essa trajetória é fundamental. São várias redes e muitos parceiros. Existem diversas oficinas, como a oficina de xaropes naturais. Fazemos aqui diversas formações políticas. Nós acabamos de certificar uma horta carioca orgânica. O movimento social que certificou. E vamos certificar muito mais. A feira é um processo pedagógico e é um ato político. Após, Ana Paula, que também é da Associação da Feira fala e trouxe mais elementos sobre a história do espaço. - Esse prédio é histórico. Tem mais de 60 anos. Aqui a gente tinha casos de estupro. A escuridão e o vazio faziam com que as pessoas tivessem medo desse espaço. Quando a gente se sentiu provocado, e foi abrindo essa porta que abria em cima da gente, passamos por cima de fezes de seringas, aqui acontecia uso abusivo de drogas. Aqui todo mundo fazia o que queria. Fizemos duas coisas: uma foi trabalhar em mutirão para que a coisa pública tivesse ocupação real, concreta. Começamos no mutirão. Nós até hoje não temos o poder público aqui com a gente. Tudo, tijolo por tijolo, nós estamos fazendo com associados da associação, parceiros, "vaquinha" online, possibilidades que a gente constrói na ação coletiva. A gente fez questão de deixar o material da obra, que compramos para reformar o banheiro. A gente precisa sair dessa invisibilidade e ter materialidade. Hoje temos aqui a comissão de Segurança Alimentar da ALERJ, a comissão da câmara, parceiros locais, agricultores, moradores mais materialidade que isso é impossível. Está mais que comprovado que nós não somos "fake News". As demais salas que não usamos estão empilhadas com pneus. Estamos fazendo trilha pedagógica em hortas. Tem uma escolinha de agroecologia e as atividades de autocuidado, saúde e bem viver. A gente constrói um cronograma. No 1º semestre já passaram mais de 400 pessoas nessas oficinas, rodas de conversa, reuniões com parceiros, atividades práticas, etc. Temos parcerias com organizações do entorno, como a clínica da família, a escola e centro de referência da pessoa com deficiência. Estamos trabalhando para aproximar os moradores afinal a gente só cuida do que a gente conhece. Em seguida, foi dada a fala para Murilo, da SEDES que informou que o Secretário Diego Zeidan estaria em outra agenda, mas que o órgão está lutando na prefeitura pela agroecologia e pelo circuito orgânico. - Tivemos uma vitória que foi retornar a fazer a feira do rio da prata lá. Quero deixar uma fala para o casarão, isso é uma referência em campo grande a ser ocupado com excelência. A secretaria de ECOSOL está à disposição e de portas abertas. Depois, Fabíola da SMAC falou e destacou que a secretária Tainá de Paula está em outra agenda. Está muito feliz de poder estar aqui nesse momento. - Sou gerente do Hortas Cariocas que existe desde 2016. São 56 hortas no Rio de Janeiro inteiro. Fazendo esse trabalho com muita responsabilidade. São 29 hortas em territórios e 27 em escolas municipais. Em Campo Grande são duas hortas. A secretaria de meio ambiente e clima está disponível para buscar juntos. Edvan está disponível. Sou uma mulher que passou fome. Aqui na região temos diferentes políticos. O Fábio também faz discussão de agricultura, por outro viés, pela casa civil. Levo as discussões daqui para dentro da secretaria. A associação da feira vai participar de conselho gestor da serra da posse. Tem movimento também no espaço que vai discutir caso do Inhoaiaba. Após, Fábio da Casa Civil, coordenador de agricultura, saúde e mesa e diversas representações. Afirma que está comprometido com essa caminhada, ela começou antes de nós. É algo muito antigo. - Eu estou feliz que a AAFA tem um processo no estado requerendo a permissão de uso desse casarão. A coordenadoria demorou pra achar e agora temos eles nas mãos. Achamos o processo, ele está na SEPLAG. Tivemos lá e a permissão de uso do município existe, mas precisa ser atualizada. Queremos deixar claro que tem um processo, queremos ocupar essa área. Conversamos com o gerente Gilberto da Comlurb. Também falamos com o superintendente Rafael. Falamos sobre o transbordo. Lixo e comida não combinam. Estamos juntos na luta. Existe uma coordenadoria de agricultura, estamos vendo recursos com a Sedes. Após as falas, a palavra é retomada pela Deputada Marina do MST, que destaca a importância de ter escutado todas essas questões, esse histórico que foi trazido. É também importante as reflexões e proposições. Nós queremos agora abrir para poder ouvir vocês, pelo menos e após isso tratar de alguns encaminhamentos concretos que queremos dar seguimento na audiência. Essa é uma audiência pública realizada aqui no casarão, junto com a comunidade, mas é uma audiência pública oficial da ALERJ, estamos representando a ALERJ. Logo, queremos levar daqui encaminhamentos concretos. Rita da Agroparata: - represento a agricultura orgânica do rio da prata. Tenho orgulho de dizer que venho de uma família com avós e pais agricultores, tios, primos. E essa tradição, estamos mantendo. Sou agricultora de nascimento, advogada de formação. É um grande prazer produzir alimentos de verdade e com responsabilidade. Queremos continuar plantando e queremos o Casarão, sim! Eduardo, da Agrovargem: - sou de Vargem Grande, mas também tenho uma história em Campo Grande. Lembro da minha infância, esse

posto era uma escola agrícola Dinho da Pesca: - Temos atuado a representado os agricultores familiares. Em especial venho falar da colônia de agricultores, colônia japonesa, em Santa Cruz. Representantes do Coletivo tudo numa coisa só: é um coletivo de jovens da Zona Oeste, parceiro do casarão que acredita na potencialidade desse espaço. Histórico da agricultura do estado do rio de janeiro é muito duro. Precisa ter diálogo com Comlurb. Cita ação do cineclube, que ocorre no Casarão. Todo último sábado tem o cineclube. Casarão é um espaço de cultura. A gente tem que colaborar para que esse espaço seja mais expandido, com mais jovens. Adriano: - me sinto gratificado. Ver que o que apostamos está dando certo. Sou cria de Campo Grande, trabalho com desenvolvimento rural sustentável. Dos 3 casarões do antigo Estado da Guanabara sendo referência da agricultura familiar carioca, esse resistiu. Isso aqui tem tudo para ser uma vitrine. Uma experiência a ser mostrada para o estado do rio todo. Do que é possível se fazer com sustentabilidade. Para que isso seja duradouro, além do que estamos vendo e debatendo aqui, é muito importante a questão da revisão do plano diretor. Também precisamos dar segurança jurídica para quem está sem regularização fundiária. Conceição e Severina, alunas de escola estadual parceira: - moro numa favela, sou baiana. Venho da ocupação em Nova Sepetiba. Sempre queria espaço para horta diz Diogo, projeto Ará da Fiocruz: Estamos pensando um programa nacional de combate à fome com) mapeamos áreas agricultáveis do município. Outro ponto que destaca é temos visto um processo complexo que é o pagamento de imposto de acesso à terra. Tem uma carteira do produtor carioca. Necessidade de discutir como Professor de Geografia do Estado: A horta escolar tem como intenção não produzir para gerar renda ou abastecer de forma suficiente para escola. Mas é produzir orgânicos e conhecimento. Muitas vezes a primeira vez que a criança come uma alface é na escola. Jiló, beterraba. Casarão pode ser um polo de educação ambiental para a Zona Oeste. Fabíola, da SMAC, comenta que as hortas escolares são um desafio para o programa. - A gente assumiu a SMAC há seis meses, estamos organizando a casa. Já estamos com bastante boas novidades. Compramos uniformes, distribuímos insumos, estamos com muitas mudas, oferecendo trabalho de qualidade. Fábio, da Casa Civil, comenta que - Farjado iniciou questão do Plano Diretor. Nós tivemos no gabinete dele em Laranjeiras para tomar pé deste plano diretor. Descobrimos que o plano estava com contribuições, mas o conteúdo agricultura, técnico nosso, não tinha nada de agricultura. Eu e Adriano Lemos o plano e acrescentamos agricultura, pecuária e pesca. Isso foi protocolado. Depois, ocorreram as seis audiências públicas e agora o Plano está na câmara. Nós fizemos um mapa, mapa diferente do executivo, ele contempla as áreas de vargens, os quintais, agricultura urbana e peri urbana. Sobre a carteira de produtor rural carioca, foi criado por um PL. para que possa confrontar com questão do IPTU. Uma pessoa não pode ser tributada. Estamos encaminhando essas isenções. A carteira facilita a identificação do profissional. O vereador Siri critica a maneira individual de identificação do produtor rural. A mudança não pode ficar na individualidade, mas sim ser algo estruturante. Sobre o Plano Diretor, ele vai ser discutido agora em segunda discussão, para que realmente comece a interferência real nossa. Berna comenta que foi inicialmente criado um grupo amplo com interlocutores, para debate do Plano Diretor. O movimento social estava inicialmente junto. Esse grupo funcionou até março, quando veio a pandemia. Funcionou de outubro a março. Berna e Giovana representavam a agricultura. Entra o Farjado, que faz o edital de chamada em janeiro. Nos inscrevemos, movimentos se dividiram nos eixos e foram apresentando propostas. Foi para o executivo, e quando o executivo devolve ocorreram as Audiências Públicas territoriais. Depois de voltar do executivo, foi para Audiência Pública, mas algumas questões nossas estão lá. E uma diretrix nossa que ficou é de que existe agricultura na cidade como um todo. Nossa dúvida é sobre as áreas de plantio. Eles vão ter que nos escutar de alguma forma. Movimentos estão se organizando para esta nova etapa. É um processo que agora a gente vai ter que ficar atento, tanto o projeto do executivo como as nossas propostas. Marina reforça a reflexão que Dona Irma nos trouxe, sobre o momento da sociedade brasileira e aqui nessa região que é de que nós temos dois projetos em disputa, de desenvolvimento, da nossa agricultura e da nossa produção de alimentos. Dona Irma disse que - um projeto defende os negócios da agricultura, o agronegócio. Agronegócio quer continuar privatizando e centralizando a terra e o conjunto dos bens da natureza. Eles querem privatizar, se apropriar dos bens da natureza para transformar em negócios. E nosso projeto é o da agricultura, diferentes de negócios. O nosso projeto é fazer com que os bens da natureza, assim como disse o Papa Francisco, que terra, teto e trabalho estejam a serviço da humanidade, para o combate à fome e desigualdade social. Nossa luta aqui na comunidade e lá na institucionalidade tem que ser ao encontro do que prega Papa Francisco e movimentos. Antes dos encaminhamentos, foi apresentado um trabalho realizado com as crianças presentes, que estavam desde cedo na feira. Fizemos uma atividade de reconhecimento da feira e as crianças escreveram o que mais gostam na feira. ENCAMINHAMENTOS AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO CASARÃO DE CAMPO GRANDE: 1) Reunião com a Casa Civil do Estado para cessão do espaço, via Secretaria de Agricultura, para a AAFA; 2) Reuniões para busca de parcerias em prol de formalização de projetos: Embrapa e universidades (projetos de pesquisa e extensão); Consea federal e Coordenadoria que está cadastrando cozinhas populares; BNDES; SMAC e SEDES (insumos, formação); 3) Organização de oficina sobre Acesso ao Plano Safra da Agricultura Familiar pela Comissão de Segurança Alimentar da Alerj e MDA; 4) Reunião com a Comlurb, com apoio da SMAC e SEDES, para mudarem local de atuação; 5) Proposta de indicação Legislativa para instalação de uma escola agroecológica no espaço; 6) Proposta de tombamento pela Alerj e Câmara dos Vereadores; 7) Acompanhar Plano Diretor para inclusão da agricultura urbana e resolução das questões de documentação; 8) Visita pela Comissão de SAN da Alerj às hortas das escolas CIEP Arminho Marcilio Doutel de Andrade e Escila Municipal Mirtes Uenzel. Finalizou a Deputada Marina do MST, agradecendo a participação de todos destacando todos os temas abordados na audiência. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Deputada Marina do MST agradeceu a participação de todos e suspendeu a audiência para que eu, Haroldo Jorge Lemos Campanário, matrícula nº 201.498-3, Secretário Ad hoc, lavrasse a presente ata, desta Audiência Pública, que ficarão arquivadas na secretaria desta Comissão. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada, sendo assinada por mim e pela Senhora Presidente, que encerrou a reunião em seguida. (a) Haroldo Jorge Lemos Campanário - Secretário Ad hoc, (a) Deputada Marina do MST - Presidente.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DA ALERJ.

(REQUERIMENTO Nº 10/2023)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES E PRECONCEITOS DE RAÇA, COR, ETNIA, RELIGIÃO E PROCEDÊNCIA NACIONAL.

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às dez horas, reuniu-se a Comissão Permanente em epígrafe, sob a Presidência do Senhor Deputado Professor Josemar e com a presença do Senhor Deputado Carlos Minc, presidente da Comissão de Representação para Acompanhar o Cumprimento das leis da Alerj, e os Senhores Deputados Otoni de Paula Pai, e Carlos Macedo, membros efetivos da Comissão de Combate à Discriminação. Havendo número regimental, o Senhor deputado Professor Josemar, deu início aos trabalhos da Audiência Pública Conjunta, híbrida, com o tema: Vinte Anos da Lei 10.639/2003 e Cumprimento da Lei 9457/2021 - Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, avanços perspectivas e aplicação, conforme edital publicado em 06.06.2023. Prosseguindo o Senhor Presidente convidou a fazer parte da mesa, os Senhores, Vereador Romário Régis de São Gonçalo; Joelson Santiago - EducaAfroRio; Tânia Portela - Instituto Geledés - Instituto da Mulher Negra, es-

tava online; Professora Alessandra Pio - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Daniela Silva Magalhães - Subcoordenadora da Promoção da Equidade Racial da Defensoria Pública do Rio de Janeiro; Joana Tânia Pereira dos santos - SEEDUC - Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional; Wanderléa Aguiar - SEPE - Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro; Luiza Mandela - Secretaria de Educação - Professora da Rede Infantil, Mestre em Relações Étnico-Raciais, escritora e Coordenadora Editorial; Marize Guarani - Conselho Estadual dos Direitos Indígenas no Estado do Rio de Janeiro - CEDIND; Kayke Nascimento dos Santos - Diretor do Grêmio Estudantil Araribóia IFRJ - Niterói - Força Estudantil; Waldir Aleixo-Associação dos Diretores de Escola do Rio de Janeiro - ADERJ; Luiz Eduardo Alves de Oliveira - NEGROGUM, Presidente do Conselho Estadual de Defesa do Direito do Negro - CEDINE. Composta a mesa, o Deputado Professor Josemar, fez uma breve saudação e passou a palavra para o Presidente, Deputado Carlos Minc, para que ele fizesse sua saudação e exposição sobre o tema, alternadamente, o Presidente passou a palavra a mesa. Após as exposições, deu-se amplo debate e foi aberta a palavra aos inscritos. Nada mais havendo a tratar, e não havendo quem quisesse fazer o uso da palavra, o Deputado Professor Josemar agradeceu a presença e a colaboração de todos e suspendeu a reunião para que eu, Olvani de Abreu R. Martins, secretária da Comissão do Combate às Discriminações, matrícula nº 200.903-3, lavrasse a presente ata e, que as notas taquigráficas estarão à disposição no Departamento da CPI, e no Apoio as Comissões Permanentes. Reabertos os trabalhos o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Suely Tavares de Souza, matrícula nº 201.716-8, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, em 13 de junho de 2023. (a) Deputado Carlos Minc - Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI - DESTINADA A APURAR AS CAUSAS E FORMAS DE PREVENÇÃO E COMBATE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CIBERNÉTICA CONTRA AS MULHERES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

(RESOLUÇÃO Nº 31/2023)

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às dez horas e doze minutos, na sala mil oitocentos e oito do Edifício Lúcio Costa, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 31/2023, para a realização da 6ª Reunião Ordinária, sob a Presidência da Senhora Deputada Martha Rocha, e com a presença das Senhoras Deputadas Índia Armelau - Relatora, Dani Monteiro, Zeidan e do Senhor Deputado Luiz Paulo, membros efetivos da Comissão. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente justificou as ausências das Senhoras Deputadas Tia Ju - Vice-Presidente e Franciane Motta, em virtude de cumprimento de agenda externa. Após, informou aos seus pares que o objetivo da presente reunião seria a realização de exposição e debate sobre o tema "Crimes Cibernéticos Praticados contra a Mulher", com a participação da Sra. Mariana Tamarí, Codiretora Executiva da Organização Não Governamental Coding Rights. Em seguida, a Senhora Deputada Martha Rocha agradeceu a presença de todos e informou que a convidada Dra. Flávia Pinto Ribeiro, Presidente da Comissão OAB Mulher-RJ, não pôde participar da reunião. Na sequência, a Sra. Mariana Tamarí fez uma apresentação, cujos slides encontram-se disponíveis para consulta na Secretaria da Comissão. Dentre os assuntos abordados foram: O que é a Coding Rights, uma Organização Não Governamental formada exclusivamente por mulheres, que atua há quase dez anos no debate de tecnologia, numa perspectiva coletiva, transfeminista, antirracista, decolonial e de direitos humanos; violência política de gênero na internet (dados da ONG Safernet mostram que tanto em 2014 quanto em 2018, houve aumento nos casos de violência política durante o período eleitoral, e dados da Agência Patrícia Galvão apontam que 32% das mulheres já sofreram algum tipo de discriminação por gênero, no âmbito político); tipos de ataques que as mulheres mais sofrem na internet (desinformação, violações de privacidade e ofensas); uma em cada 10 menções a parlamentares mulheres são violentas nas redes, segundo o Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais; exemplos de casos de violência política contra as mulheres na internet. Prosseguindo, a Sra. Mariana Tamarí sugeriu algumas ações que a Alerj poderia fazer nos casos de violência política de gênero contra as parlamentares da Casa, como: diretrizes de documentação desses casos, protocolo de atuação em caso de ataques, rede de apoio às parlamentares, e propôs, também, que a Alerj faça articulação com as plataformas de internet. Após, a Senhora Presidente fez considerações sobre a apresentação e passou a palavra aos demais membros da Comissão, iniciando um debate, em que foram abordados os seguintes temas: necessidade de acabar com a monetização dos perfis de parlamentares nas redes sociais; preconceito e desrespeito com as mulheres na política; os robôs usados nas interações pelas redes sociais; a necessidade de criação da Procuradoria da Mulher na Alerj; apagamento de dados nas redes sociais; e campanhas de conscientização nas escolas sobre o uso seguro das redes sociais. Na sequência, a Senhora Presidente comunicou que fará uma reunião com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), para tratar das licitações para a aquisição de equipamentos pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, com o intuito de contribuir para o combate aos casos de violência cibernética, e convidou os membros da Comissão para participarem do encontro. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a presente Reunião, cujo link <https://www.youtube.com/watch?v=5t3L9Mz-Pr7g&t=963s> contém sua íntegra, para que eu, Rafael França Duarte dos Santos, Secretário, matrícula nº 201.828-1, lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2023. (a) Rafael França Duarte dos Santos - Secretário; (a) Deputada Martha Rocha - Presidente.

Id: 2508708

Atos da Mesa Diretora

ATO "E"/MD/Nº 6755/2023

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 23030/2023

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, JEFFERSON CASSIO RODRIGUES TAVARES, matrícula nº 429.595-2, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar IX, símbolo CCDAL - 9, que vinha exercendo junto ao Gabinete do Deputado Dr. Serginho.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2023.
DEPUTADO RODRIGO BACELLAR, PRESIDENTE
DEPUTADO ROSENVERG REIS, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 6756/2023

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 23000/2023

R E S O L V E :

NOMEAR NILTON TEIXEIRA DE SOUSA NETO, matrícula nº 431.973-7, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IX, símbolo CCDAL - 9, junto ao Gabinete do Deputado Rodrigo Bacellar, na vaga decorrente da exoneração de José Carlos de Andrade.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2023.
DEPUTADO RODRIGO BACELLAR, PRESIDENTE
DEPUTADO ROSENVERG REIS, 1º SECRETÁRIO